

Baladeira, estilingue, badogue, tinguilha: variação no léxico do português falado em áreas indígenas e não indígenas da Amazônia Oriental

Baladeira, estilingue, badogue, tinguilha: variation in the portuguese's lexicon spoken in Indigenous and non-Indigenous areas of the Eastern Amazon

Eliane Oliveira da COSTA *
(Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA)

Regis José da Cunha GUEDES **
(Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará - IFPA)

RESUMO: Este estudo apresenta dados dialetais de variação lexical no português falado em áreas indígenas e não indígenas a partir dos *corpora* dos projetos Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI) e Atlas Léxico Semântico do Pará (ALeSPA). O estudo fundamenta-se nas abordagens da Geossociolinguística (Razky, 1998; Razky, 2010; Lima, Razky; Oliveira, 2020) e da Dialectologia Pluridimensional e Relacional (Radtke; Thun, 1999; Thun, 1998; Altenhofen; Thun, 2016). O trabalho objetiva mapear uma amostragem desses *corpora*, referente ao item lexical estilingue, no intuito de analisar comparativamente a distribuição diatópica das variantes em áreas indígenas e não indígenas. Foram entrevistados colaboradores de dois perfis semelhantes, sendo 10 por ponto de inquérito no ALiPAI e 4 no ALeSPA, estratificados por sexo, idade e escolaridade. Os dados analisados foram coletados *in loco* por meio da aplicação do Questionário Semântico-Lexical do projeto ALiB (Comitê Nacional, 2001). Os resultados demonstram a pluralidade do léxico do português falado em áreas indígenas e não indígenas da Amazônia Oriental, bem como mostram a variante *baladeira* como a mais produtiva nessas áreas, apontando um contínuo lexical.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Geossociolinguística. Dialectologia pluridimensional. Português indígena.

ABSTRACT: This paper presents dialectal data on lexical variation in Portuguese spoken in Indigenous and non-Indigenous areas, based on the *corpora* of the projects *Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas* (ALiPAI) and *Atlas Léxico-Semântico do Pará* (ALeSPA). The study is grounded in the approaches of Geosociolinguistics (Razky, 1998; Razky, 2010; Lima; Razky; Oliveira, 2020) and Pluridimensional and Relational Dialectology (Radtke, Thun, 1999; Thun, 1998; Altenhofen; Thun, 2016). The aim of this work is to map a sample of these *corpora*, focusing on the lexical item *estilingue* (“slingshot”), in order to comparatively analyze the diatopic distribution of its variants in Indigenous and non-Indigenous areas. Informants of two similar profiles were interviewed—ten per survey point in ALiPAI and four in ALeSPA—stratified by sex, age and level of education. The analyzed data were collected *in loco* through the application of the Semantic-Lexical Questionnaire of the ALiB Project (National Committee,

*Doutorado em Letras, área de concentração em Linguística pela Universidade Federal do Pará. Email: elianecosta21@yahoo.com.br.

**Doutorado em Letras na área de Estudos Linguísticos pelo PPGL/UFPA. Professor no Instituto Federal de Educação. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Tocantins/Cametá. Email: regisbspaz@gmail.com.

2001). The results demonstrate the plurality of the Portuguese lexicon spoken in Indigenous and non-Indigenous areas of the Eastern Amazon, as well as show that the variant *baladeira* is the most productive in these areas, indicating a lexical continuum.

KEYWORDS: Lexicon, Geosociolinguistics. Pluridimensional Dialectology. Indigenous Portuguese.

Introdução

A partir do desenvolvimento do Projeto Atlas Linguístico Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil, sob a coordenação da professora Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com pesquisadores do Projeto Geossociolinguística e Socioterminologia (GeoLinTerm), da UFPA, surgiu a ideia da realização de um estudo geossociolinguístico do português falado em áreas indígenas no Brasil, uma vez que, até então, havia uma lacuna quanto à concretização de pesquisa que envolvesse essa temática entre os geolinguistas.

Elaborou-se, então, o Projeto Mapeamento Geossociolinguístico do Português Falado em Áreas Indígenas nos Estados do Pará e Maranhão (MaGePAI), cujo financiamento, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), possibilitou o desenvolvimento das Teses de Doutorado *Perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas Tupí-Guaraní em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão* (Guedes, 2017) e *Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas de língua Tupí-Guaraní nos estados do Pará e Maranhão* (Costa, 2018).

O MaGePAI, dessa forma, marca, com o estudo de Guedes (2017), a efetivação da aplicação dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa geossociolinguística em áreas indígenas no Brasil e passou a constituir o Projeto Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI), que tem por objetivo “mapear o português falado em áreas indígenas no território brasileiro” (Razky; Guedes; Costa, 2018, p. 132). Nesse sentido, O ALiPAI dispõe de um banco de dados resultante de muitas horas de gravação, recobrindo, portanto, uma amostra representativa da dimensão geossocial das áreas indígenas consideradas, envolvendo a coleta de dados fonético-fonológicos e lexicais do português falado em aldeias do Pará e do Maranhão.

Este estudo ocupa-se da variação do item lexical *estilingue* no português falado por indígenas das etnias Asuriní do Tocantins, Guaraní Mbyá, Suruí Aikewára e Guajajara, comparando-a com a variação lexical do mesmo item no português falado por não indígenas paraenses, considerando a dimensão diatópica da variação linguística. Os dados indígenas analisados foram coletados *in loco* por meio da aplicação do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto ALiB e analisados à luz da Geossociolinguística (Razky, 1998; Razky, 2010; Lima, Razky e Oliveira, 2020) e da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional (Radtke e Thun, 1999; Thun, 1998; Altenhofen e Thun, 2016). O artigo conta com quatro seções: 1 – Introdução, 2 – Aporte teórico-metodológico, 3 – Metodologia e 4 – Apresentação e análise dos resultados, seguidas das considerações finais.

1 Aporte teórico-metodológico

Este trabalho fundamenta-se na Geossociolinguística e na Dialetoologia Pluridimensional e Relacional (doravante DPR), ambas as abordagens pensadas a partir da ideia de junção dos planos espacial e social da variação linguística.

Desse modo, no que tange à Geossociolinguística, o viés sociolinguístico foi acrescentado ao fazer geolinguístico quando da constituição da metodologia do *Atlas Geossociolinguístico do Pará (ALiPA)* (Razky, 1998). Para Razky (2010, p. 172) a abordagem geossociolinguística “é necessária para compensar os limites de cada uma das duas disciplinas: a Sociolinguística cuja maior parte dos trabalhos no Brasil se detém na dimensão social e local; e a Geolinguística, que se preocupa com aspecto espacial com estratificação social mínima.” A Geossociolinguística estabeleceu-se com o Projeto Atlas Geossociolinguístico do Pará (ALiPA), hoje Projeto Geossociolinguística e Socioterminologia (GeoLinTerm), que teve como primeiro resultado o *Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Pará (ALiSPA)* (Razky, 2004), primeiro atlas pluridimensional publicado no Brasil, haja vista que considerou três dimensões da variação linguística, a diatópica, a diagenérica e a diageracional. Lima, Razky e Oliveira (2020, p. 15) apresentam o que entendem por Geossociolinguística:

Por geossociolinguística, termo introduzido por Abdelhak Razky em 1996, para a elaboração do Atlas Geossociolinguístico do Pará (Razky e Cardoso,

1997; Razky, 1998, 2003, 2004, 2010; Razky et al., 2010; Lima, 2003), entendemos uma abordagem da variação linguística sustentada num tripé de fatores condicionantes: o **espacial**, o **social** e o **linguístico**, sem abrirmos mão também da perspectiva temporal.

A língua, por sofrer influências de fatores geográficos, sociais, históricos culturais, políticos etc., é uma realidade multidimensional. A abordagem geossociolinguística busca abranger várias dimensões da variação linguística, tendo em vista uma análise mais completa desse fenômeno, o que demonstra a percepção dos geolinguistas quanto à importância de se considerar outros fatores, além do diatópico, no pensamento teórico-metodológico do fazer geolinguístico para que as pesquisas na área possam ter resultados mais amplos e reais. Nesse sentido, Lima, Razky e Oliveira (2020, pp. 43-44) explicam:

O estudo da variação linguística se desenvolveu bastante nos últimos vinte anos no Brasil. Consequentemente, as pesquisas em Sociolinguísticas e Dialectologia ensejam a criação de novos métodos e/ou o rearranjo a partir dos dados que já existiam, de tal forma que poderíamos falar de uma sociolinguística e de uma dialectologia brasileira, que temos nos acostumado a chamar de Geossociolinguística. Não se trata, a nosso entender, de uma nova área ou subárea da linguística, mas de uma forma de usar e de explorar os recursos metodológicos (as técnicas) que temos disponíveis para enfrentarmos os novos desafios que o próprio fazer científico nos impõe a cada dia.

É nessa perspectiva de avanço científico que se desenvolve também a DPR, que consiste na confluência de duas disciplinas linguísticas, a Dialectologia e a Sociolinguística, e é entendida como parte da ciência geral da variação linguística e das relações entre variantes e variedades, de um lado, e falantes, de outro. No campo da linguística variacional, a DPR constitui a parte que alcança o espaço tridimensional da variação linguística, cuja composição abrange a superfície bidimensional horizontal da Dialectologia e o eixo vertical da Sociolinguística. Apesar de a DPR ter predileção por superfícies e espaços grandes (macrozonas), nos quais possam aparecer todas as interações sociolinguísticas, ela não exclui mesozonas de seu escopo (Thun, 1998).

Como exemplos pioneiros da aplicação da metodologia proposta pela DPR, podem ser citados o *Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsückisch* (ALMA-H), em andamento, cuja relação de contato dá-se entre uma língua minoritária alemã (hunsriqueano) e línguas de nações europeias (português e espanhol); o *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU-Norte)* (Thun, 2000),

cuja relação de contato dá-se entre duas línguas europeias (português e espanhol); e o *Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR)* (Thun *et al.*, 2003, 2009), cuja relação de contato dá-se entre uma língua minoritária indígena (Guaraní) e línguas nacionais românicas (espanhol e, em parte, também o português), que formam a “trilogia rio-platense” de Thun, de acordo com Altenhofen e Thun (2016).

É na base da elaboração desses atlas que surgiram as percepções que desenvolveram a DPR. Assim, Altenhofen e Thun (2016) esclarecem que as mudanças observadas na configuração geográfica e social da área de abrangência dos atlas supracitados e em outros contextos os levaram a assumir várias constatações como premissas para um estudo dialetológico que buscasse atender às transformações pelas quais passam as sociedades. Dentre essas constatações estão: a consideração do falante móvel, topodinâmico, em detrimento do falante estático, topostático; a mobilidade espacial e social, favorecidas, respectivamente, pelo progresso dos meios de transporte e da comunicação e pela ampliação do acesso à educação e às novas tecnologias; o fato de que, em virtude de uma nova realidade geossocial, é difícil que uma língua ou variedade não esteja em algum tipo de contato linguístico; e o escopo da Dialectologia agora, além do dialeto-base, que a restringia, passa a incluir a variação da norma *standard*.

Sob o olhar dessa realidade geossocial contemporânea, os autores afirmam, ainda, que tiveram de agregar novas dimensões (dialingual, diatópico-cinética, diastrática, diageracional, diafásica, diarreferencial etc.), tendo em vista o quão complexo é a configuração das estruturas sociais modernas. Esse movimento de agregação renovou o modo como a Dialectologia vinha se desenvolvendo no século XX, e a DPR constitui a principal fonte dessa renovação (Altenhofen; Thun, 2016).

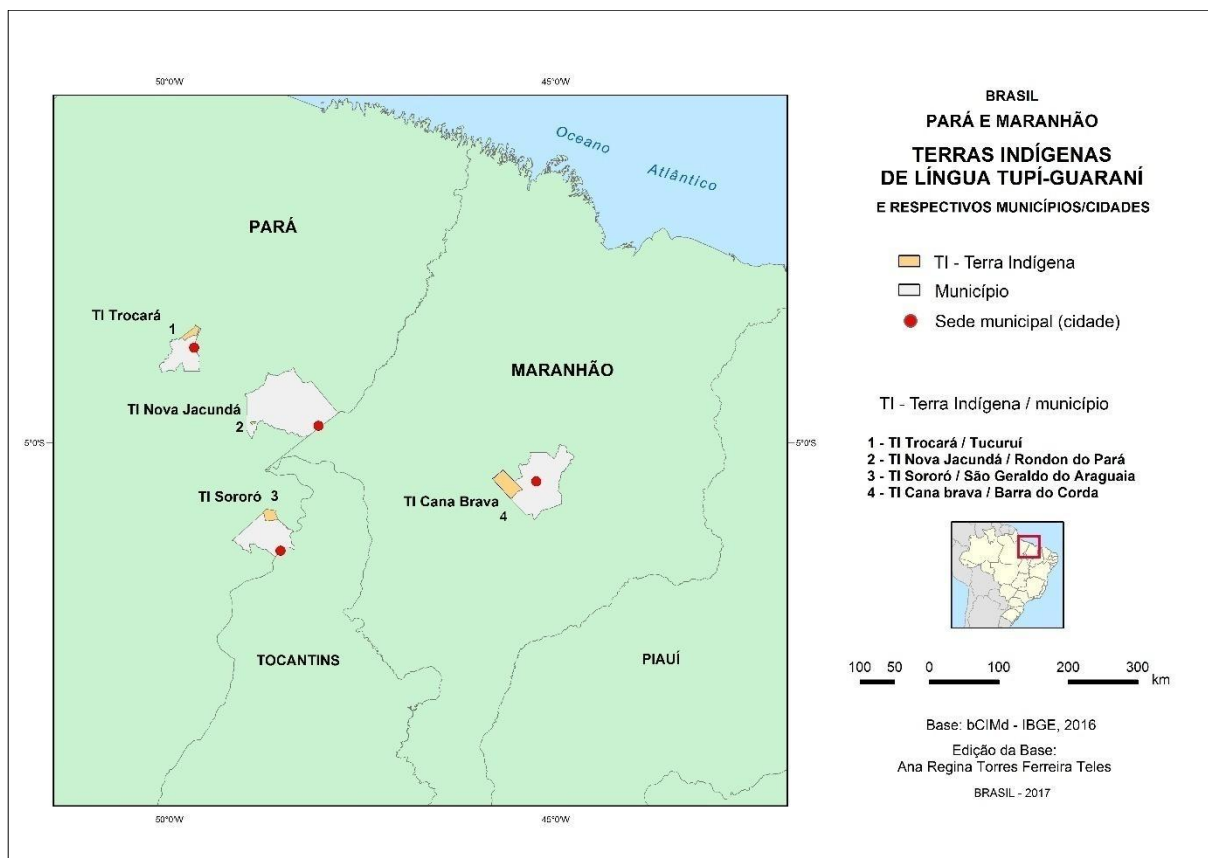
Toda essa movimentação teórico-metodológica já era alvo de discussão pelos estudiosos da área, podendo-se citar, nesse sentido, o *Symposiums zur empirischen Dialektologie*, realizado em 1991, na Universidade de Kiel (Alemanha), no qual ficou claro que “a geolinguística moderna caminha para tornar-se uma verdadeira ciência da variação, no sentido amplo do grego *diálektos*” e que “essa ciência deveria, na realidade, alterar seu nome e não mais denominar-se ‘geografia linguística’ ou ‘geolinguística’, mas sim chamar-se ‘ciência da variação’ (*variationswissenschaft*) ou algo equivalente” Radtke e Thun (1999, p. 35).

2 Metodologia

Cardoso (2010) afirma que a pesquisa dialetal se fundamenta em um tripé básico: a rede de pontos, os informantes (que pela área pesquisada são chamados de colaboradores) e os questionários. Com base nessa afirmação, passa-se, a partir deste momento, à descrição da configuração do tripé metodológico desta pesquisa.

A rede de pontos das áreas indígenas desse estudo (figura 1) apresenta 4 pontos de inquérito: Terra Indígena (doravante T. I.) Trocará, localizada no município de Tucuruí/PA; T. I. Nova Jacundá, localizada no município de Rondon do Pará/PA, T. I. Sororó, localizada no município de São Geraldo do Araguaia/PA; e T. I. Cana Brava, localizada no município de Barra do Corda/MA. Levando-se em consideração a divisão mesorregional, os pontos de inquérito integram, respectivamente, as mesorregiões sudeste paraense e centro maranhense.

Figura 1: Rede de pontos



Fonte: Costa (2018).

O principal critério de seleção desses pontos de inquérito foi a classificação linguística: as línguas Asuriní do Tocantins, Guaraní Mbyá, Suruí-Aikewára e Guajajára pertencem à família linguística Tupí-Guaraní do tronco Tupí, de acordo com Rodrigues e Cabral (2002). Contudo, foram considerados, ainda, a localização, o acesso e a demografia das Terras Indígenas pesquisadas.

Os colaboradores (quadro 1) foram estratificados levando-se em consideração o sexo/dimensão diagenérica (homens e mulheres), idade/dimensão diageracional (de 18 a 37 anos (faixa etária A) e de 47 a 75 anos (faixa etária B) e diastrática (não escolarizado ou escolarizado até a 8ª série [9º ano] e escolarizado a partir do 1º ano do Ensino Médio). Além disso, participaram da pesquisa duas crianças (de 05 a 10 anos [faixa etária C]), com a intenção de verificar a vitalidade das línguas indígenas envolvidas no estudo.

Quadro 1: Colaboradores

| |
|--|
| Não escolarizado ou escolarizado até a 8ª série (9º ano) |
| 2 homens (um de 18 a 37 anos e um de 47-75 anos) |
| 2 mulheres (uma de 18 a 37 anos e um de 47-75 anos) |

| |
|---|
| Escolarizado a partir do 1º ano do Ensino Médio |
| 2 homens (um de 18 a 37 anos e um de 47-75 anos) |
| 2 mulheres (um de 18 a 37 anos e um de 47-75 anos) |
| Matriculados na escola |
| 2 crianças (um menino e uma menina de 05 a 10 anos) |

Fonte: elaborado pelos autores

Em cada T. I., buscou-se selecionar 10 colaboradores que poderiam ser falantes de português e língua indígena ou falante somente de português.

Os questionários aplicados para a coleta de dados foram os seguintes: o QSL, elaborado pelo Comitê do Projeto ALiB (Comitê, 2001), voltado para o registro da variação lexical do português falado no Brasil, e o Questionário Sociolinguístico (QS), desenvolvido a partir do questionário aplicado por Margotti (2004), que objetivava observar questões de bilinguismo individual e coletivo nas comunidades linguísticas alvo de sua pesquisa. A aplicação do QS foi de suma importância para maior conhecimento do contexto sociolinguístico no qual se desenvolveu este estudo.

Os inquéritos foram realizados *in loco* nas terras indígenas Trocará (em Tucuruí, povo Asuriní do Tocantins), Nova Jacundá (em Rondon do Pará, povo Guarani-Mbyá), Sororó (em São Geraldo do Araguaia, povo Suruí-Aikewára) e Cana Brava (em Barra do Corda, povo Guajajára) com gravadores digitais profissionais das marcas *Sony*, *Tascam* e *Zoom*. Inquiriu-se cada colaborador individualmente em espaços como sua própria casa, a escola e áreas mais afastadas do centro da aldeia. Vale destacar a atenção e a disponibilidade dos povos indígenas participantes desta pesquisa, sem os quais seria impossível que ela se concretizasse.

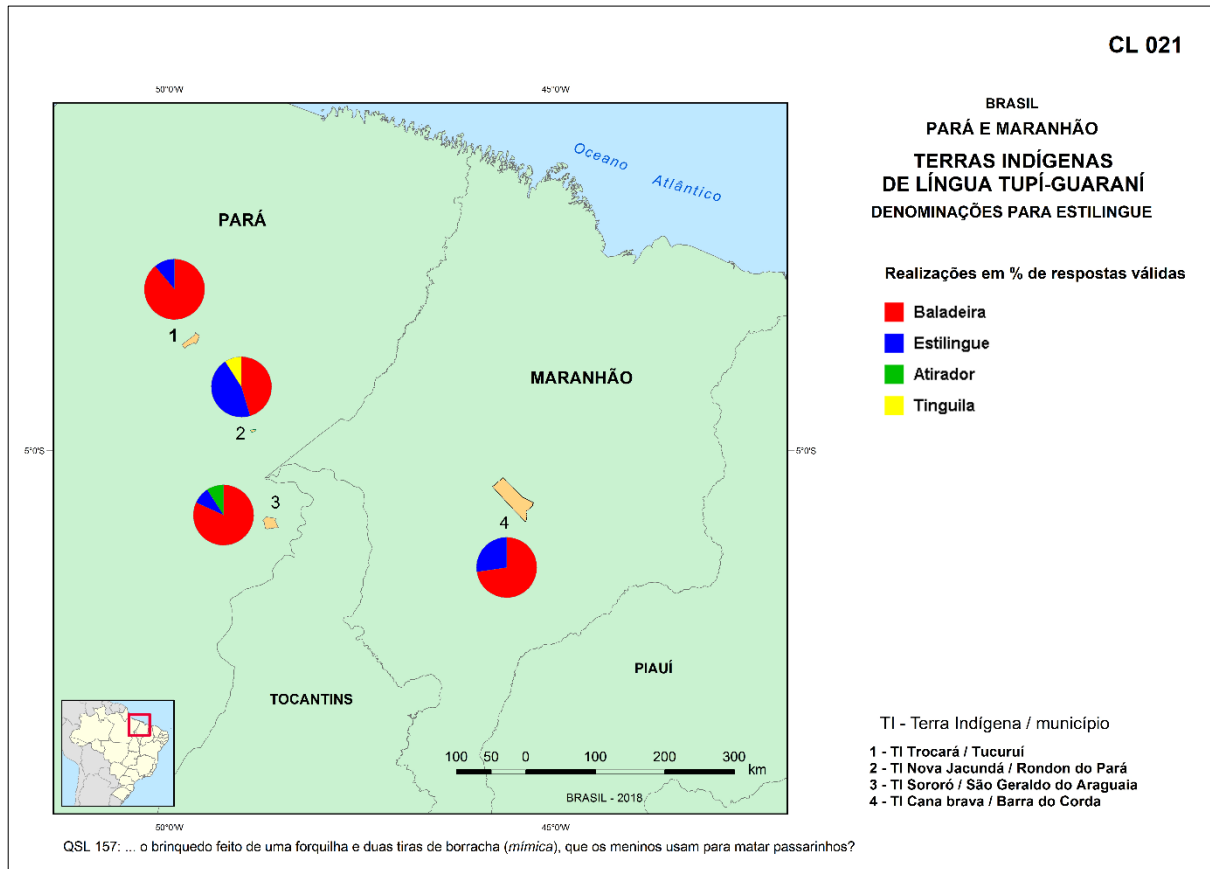
3 Apresentação e análise dos dados

No campo geolinguístico, tem sido comum tomar um item lexical específico como objeto de estudo, analisando-o também sob o ponto de vista comparativo, o que possibilita maior conhecimento a seu respeito. Nesse sentido, são muito oportunas as palavras de Rossi (1967, p. 104) para o qual “o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente – ainda que por ausência – em outro ponto ou em

outra área”. Nessa perspectiva, este estudo não só se dedicou ao mapeamento e análise da variação diatópica do item lexical *estilingue* no português falado por indígenas, como também o comparou com dados de variação lexical desse mesmo item no português falado por não indígenas.

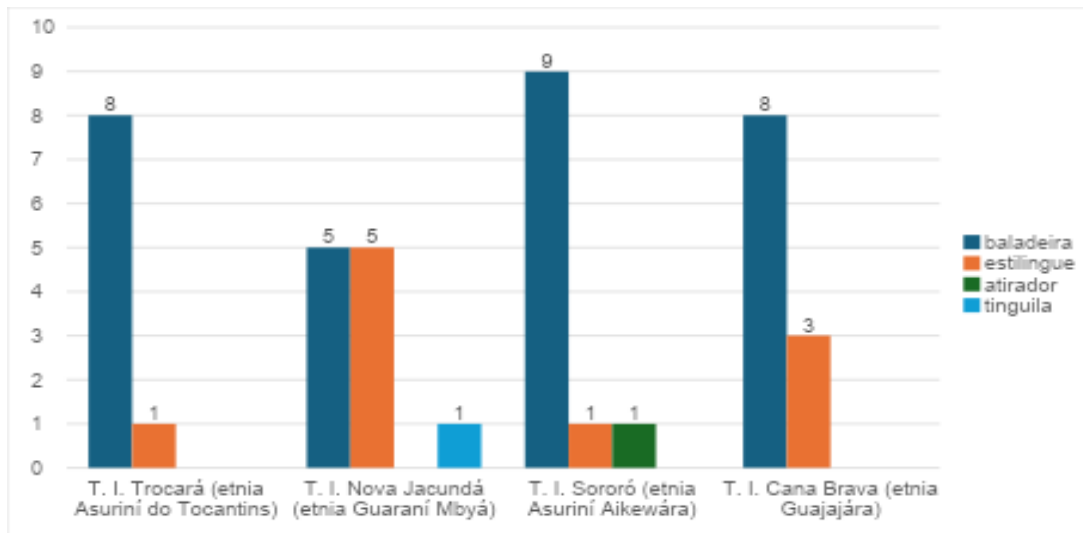
O mapeamento (figura 02 e gráfico 01) apresenta quatro variantes lexicais utilizadas por indígenas para designar o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho: *baladeira*, *estilingue*, *atirador* e *tinguila*.

Figura 2: Carta CL 021: Denominações para *estilingue* no português falado por indígenas



Fonte: Costa (2018)

Gráfico 01: Denominações para *estilingue* no português falado por indígenas: dados quantitativos



Fonte: elaborado pelos autores

Como é possível observar, *baladeira* é a variante mais frequente, com trinta ocorrências, seguida de *estilingue*, com 10 ocorrências. As variantes *atirador* e *tinguila*, apresentam uma ocorrência apenas³. As variantes *baladeira* e *estilingue* distribuem-se por todas as terras indígenas consideradas. A variante *baladeira* predomina em todas as comunidades indígenas pesquisadas, com exceção de Nova Jacundá (ponto 2), onde predominam, com o mesmo número de ocorrências, as variantes *baladeira* e *estilingue*. As lexias *atirador* e *tinguila* aparecem com um registro, respectivamente, nos pontos 3 (Sororó) e 2 (Nova Jacundá). *Tinguila*, chamou a atenção dos pesquisadores por não se ter outros registros dessa lexia em trabalhos geolinguísticos conhecidos sobre o item lexical *estilingue*, além do fato de que provém da fala (1) de uma indígena Guaraní Mbyá, colaboradora 1FB (mulher, mais idosa, menos escolarizada):

- (1) Pesquisadora: ... o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (mímica), que os meninos usam para matar passarinho?
Colaboradora: tinguila
Pesquisadora: como?

³ Seguindo a metodologia do projeto ALeSPA, optou-se por cartografar as lexias registadas em baixa frequência, uma vez que elas merecem um estudo mais amplo, comparando-se os dados aos de outros estudos geolinguísticos realizados na região para maior elucidação sobre seu uso como variante do conceito em questão, bem como sua distribuição diatópica.

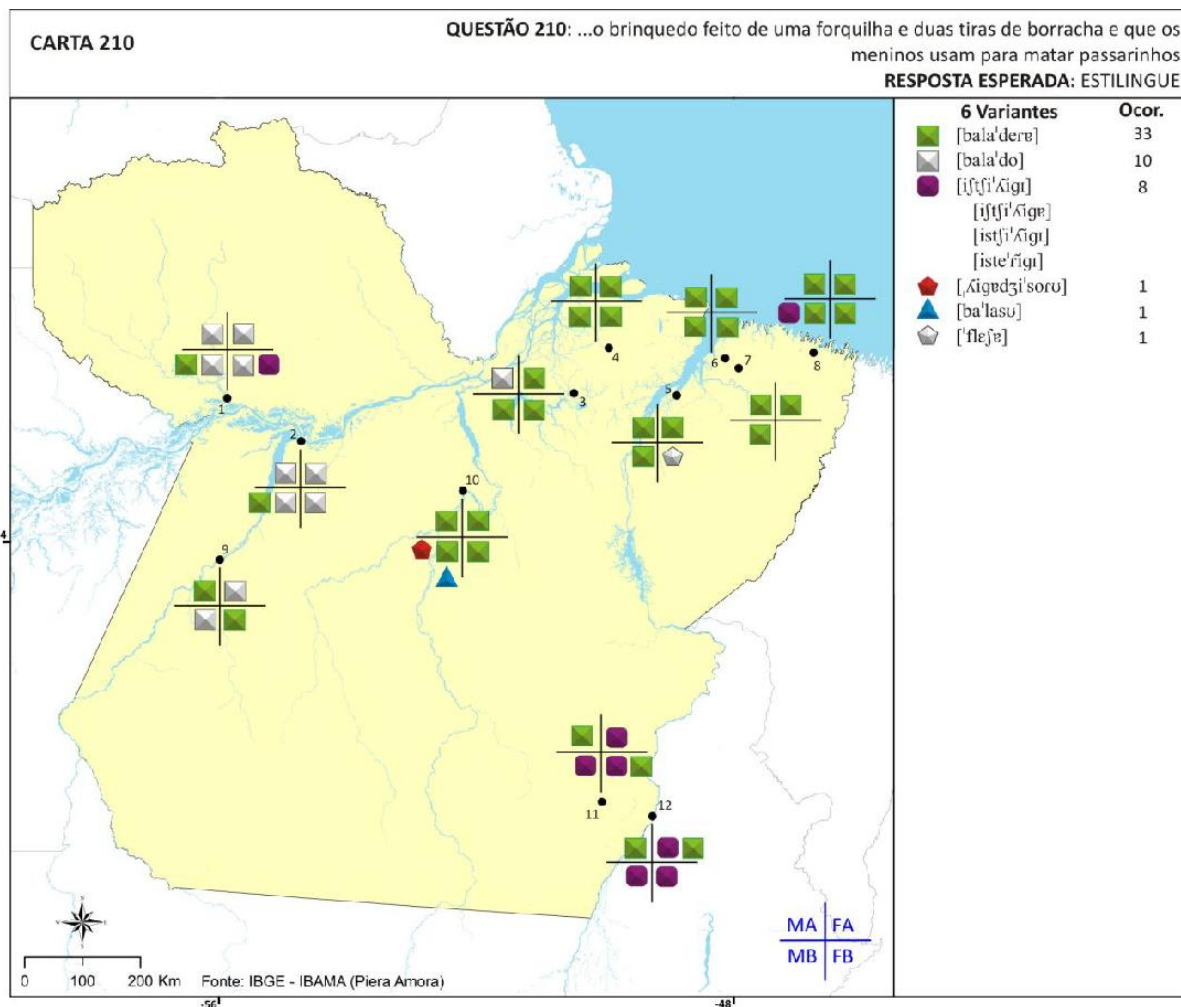
Colaboradora: tinguila
Pesquisadora: e em Guaraní?
Colaboradora: andita
Pesquisadora: é esse aqui que a senhora fala? [A pesquisadora mostra a imagem da baladeira]
Colaboradora: é esse daí que é a andita.

Em Houaiss (2001), constatou-se o não registro da unidade lexical *tinguila*. Contudo, vale relatar que se encontram documentadas nesse dicionário as palavras *tingui* e *tinguijar*. *Tingui* vem do Tupí *ti'nguĩ* ‘planta leguminosa, cuja seiva tóxica é utilizada para matar peixes’ e refere-se à “designação comum a diferentes plantas usadas para tinguizar”, enquanto *tinguijar* vem do Tupí *tinguĩ'yara* e significa “lançar tinguí ou timbó em (água de rio ou lagoa) [para envenenar peixes]”, de acordo com Houaiss (2001, não paginado).

Procedendo-se uma análise geolinguística comparativa dos dados coletados entre esses colaboradores indígenas a dados de colaboradores não indígenas, pertencentes ao *corpus* do projeto *Atlas Léxico Semântico do Pará (ALeSPA)*, em elaboração na Universidade Federal do Pará, a partir de estudos preliminares realizados por Guedes (2012) e Gomes (2013), observou-se que o item lexical *estilingue* encontra-se cartografado nos trabalhos de ambos os autores.

No trabalho de Guedes (2012), foram cartografados dados referentes a doze municípios da rede de pontos do ALeSPA: Santarém e Oriximiná (Mesorregião do Baixo Amazonas), Anajás e Breves (Mesorregião do Marajó), Castanhal e Santo Antônio do Tauá (Mesorregião Metropolitana de Belém), Abaetetuba e Bragança (Mesorregião Nordeste), Altamira e Itaituba (Mesorregião Sudoeste) e Conceição do Araguaia e Redenção (Mesorregião Sudeste). A carta lexical 210 (*estilingue*) (figura 03) registra seis variantes lexicais: *baladeira*, *estilingue*, *balador*, *liga de soro*, *balaço* e *flecha*.

Figura 3: Denominações para *estilingue* no português não indígena

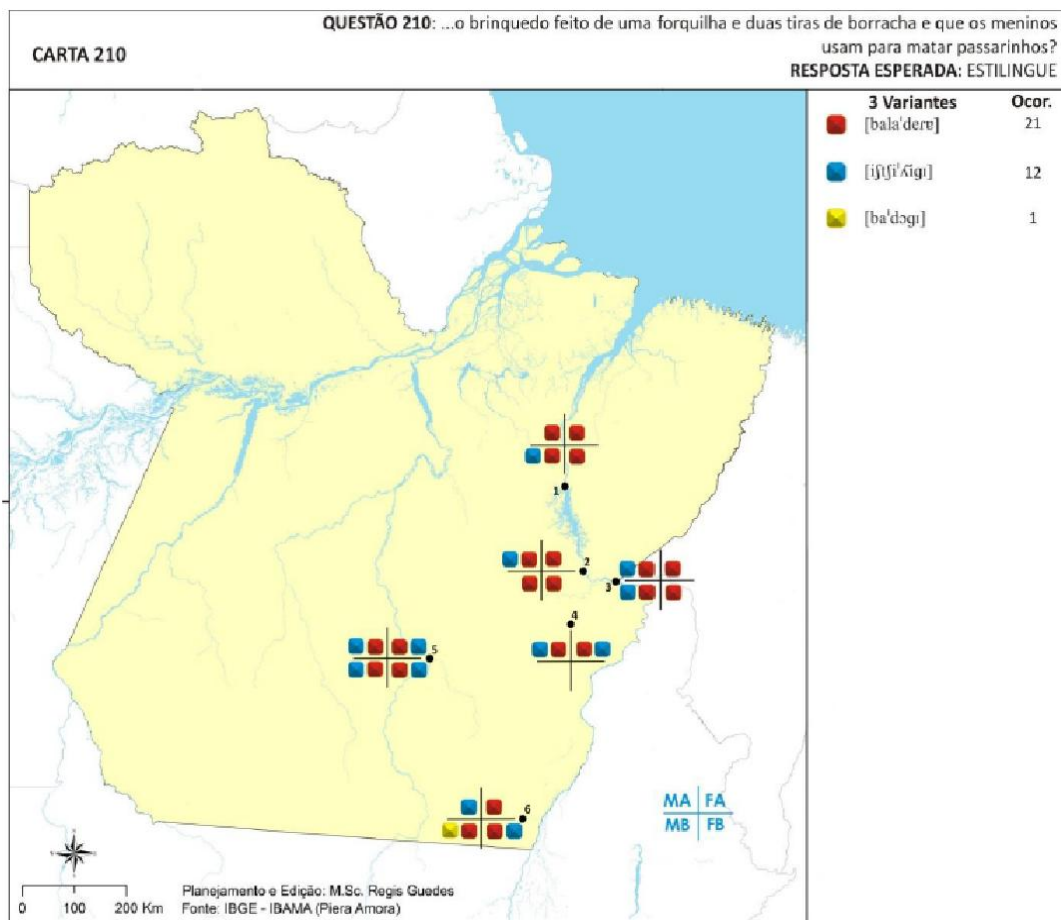


Fonte: Guedes (2012)

A carta elaborada por Guedes (2012) mostra que a variante *baladeira* é a mais recorrente, com trinta e três ocorrências, seguida da variante *balador*, com dez ocorrências. Segundo o pesquisador, a maior incidência da variante *baladeira* encontra-se nas mesorregiões Nordeste, Metropolitana e Marajó, destacando-se também Altamira (ponto 10), na mesorregião Sudoeste. Quanto à variante *balador*, o geolinguísta explica que foi documentada apenas nas mesorregiões Baixo Amazonas, Sudoeste (Itaituba/ponto 9) e Marajó (Breves/ponto 3).

No trabalho de Gomes (2013), foram considerados seis municípios da rede de pontos do ALeSPA, todos da mesorregião Sudeste Paraense: Tucuruí Itupiranga, São João do Araguaia, Curionópolis, São Félix do Xingu e Santana do Araguaia. A carta lexical 210 (*estilingue*) (figura 4) documenta três variantes lexicais: *baladeira*, *estilingue* e *bodogue*.

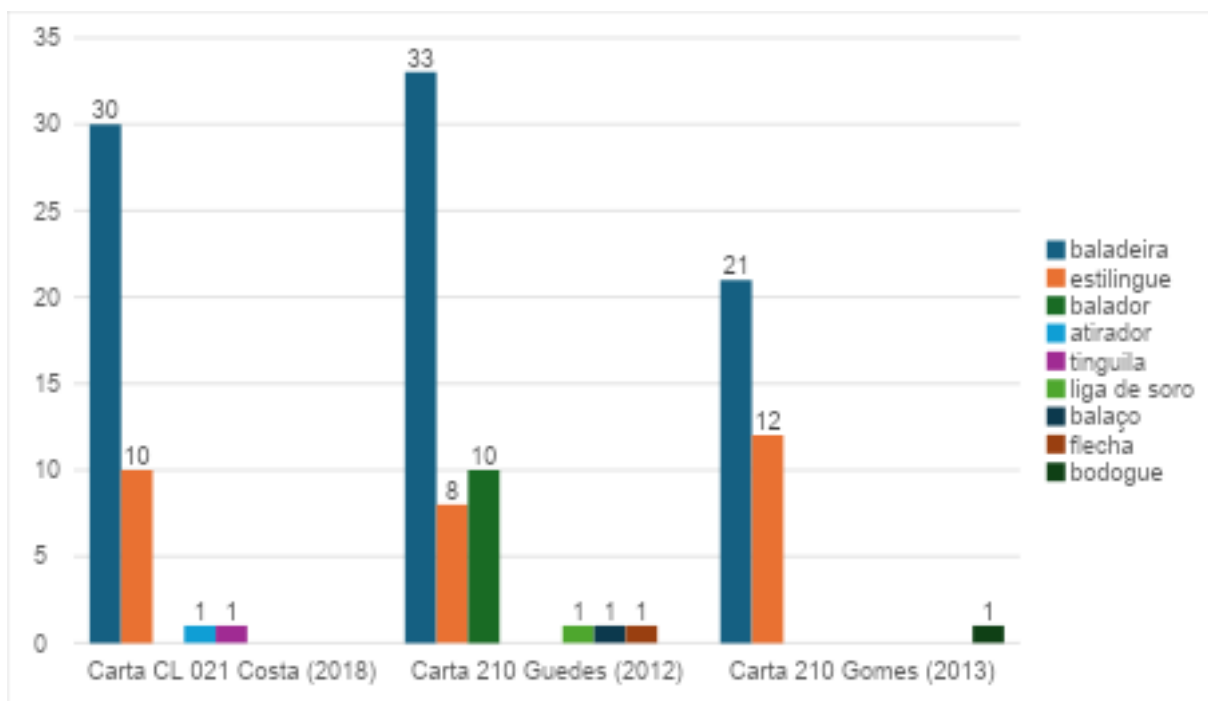
Figura 4: Denominações para *estilingue* no português não indígena



Fonte: Gomes, 2013.

A carta elaborada pelo autor mostra que a variante *baladeira* é a mais recorrente, com vinte e um registros, seguida da variante *estilingue*, com doze ocorrências. O pesquisador observa que as duas variantes foram documentadas em todos os pontos de inquérito. Quanto à variante *badogue*, apresenta apenas uma ocorrência, no ponto de inquérito seis, mas não há registro de sua ocorrência na área indígena investigada.

Gráfico 2: Número de denominações para *estilingue* por carta lexical



Fonte: elaborado pelos autores.

A rede de pontos do estudo de Guedes (2012) abrange dois municípios localizados na mesorregião Sudeste Paraense (Redenção (ponto 11) e Conceição do Araguaia (ponto 12)) e a do estudo de Gomes (2013) seis (Tucuruí (ponto 1), Itupiranga (ponto 2), São João do Araguaia (ponto 3), Curionópolis (ponto 4), São Félix do Xingu (ponto 5) e Santana do Araguaia (ponto 6)). É válido chamar a atenção para essa informação porque nessa mesorregião localizam-se também as quatro Terras Indígenas, pontos de inquérito do ALiPAI: Trocará (ponto 1), Nova Jacundá (ponto 2), Sororó (ponto 3) e Cana Brava (ponto 4). O município de Tucuruí, vale destacar, é um ponto em comum entre as redes de ponto do ALiPAI e do ALeSPA.

Passando-se à análise comparativa, observa-se que as cartas CL021 (Costa, 2018), 210 (Guedes, 2012) e 210 (Gomes, 2013) apresentam *baladeira* como a variante de maior ocorrência, refletindo um *continuum* lexical⁴. Em relação a *estilingue*, só

⁴ A respeito desse conceito, Berruto (2010, p. 235-236) explica o seguinte: “O arranjo de variedades no espaço linguístico que constitui uma língua toma a forma de *continuum*. O conceito de *continuum* implica um conjunto ordenado de elementos arranjados de tal forma que entre duas entidades adjacentes do conjunto (neste caso, variedades linguísticas) não há fronteiras nítidas, mas sim uma diferenciação gradual distorcida, cada variedade partilha algumas características sociolinguisticamente marcadas com variedades adjacentes. A própria noção de um *continuum* em linguística variacional surgiu em geolinguística, onde a paisagem dialetal é muitas vezes vista como um *continuum* de dialeto: entre os dialetos de duas aldeias vizinhas em uma área linguística encontra-se pouca diferença, enquanto as diferenças aumentam cumulativamente

não aparece como a segunda variante de maior ocorrência nos dados de Guedes (2012), nos quais a variante *balador*, destaca-se como tal. Verifica-se, ainda, que a variação do item lexical em análise tende a ser menos produtiva no português falado por indígenas, com o registro de quatro variantes (*baladeira*, *estilingue*, *atirador* e *tinguila*), enquanto na produtividade do português falado por não indígenas documentam-se sete variantes lexicais (*baladeira*, *estilingue*, *balador*, *liga de soro*, *balaço*, *flecha* e *bodogue*).

Considerações finais

Neste artigo, estudou-se a variação do item lexical *estilingue* no português falado em áreas indígenas de origem Tupí-Guaraní dos estados do Pará e Maranhão. Os dados analisados demonstram que a variante *baladeira* predomina na área indígena investigada, que envolve as etnias Asuriní do Tocantins, Guaraní Mbyá, Suruí Aikewára e Guajajara, e que há influência do português falado por não indígenas, o que decorre, entende-se, tanto do contato com as comunidades envolvidas, pelo acesso e circulação dos indígenas pelas cidades circunvizinhas, quanto pelo acesso aos veículos de comunicação, à educação regular nas escolas, às tecnologias etc. Tendo em vista que os indígenas das etnias referidas, adquiriram o português como L1 ou L2, em situações diversas de contato linguístico no decorrer da história.

Ademais, este estudo contribui para a descrição da variação do léxico do português falado em áreas indígenas, à medida que corrobora pesquisas de igual natureza que já foram ou que estão sendo desenvolvidas por pesquisadores do Projeto GeoLinTerm sobre o português falado em outras áreas indígenas, nas quais são faladas línguas como Asuriní do Xingu, Araweté, Nheengatu, Baniwa, Tukano, Wajãpi.

quando se considera aldeias progressivamente mais distantes, sendo a maior diferença registrada nas extremidades do *continuum*. Em outras palavras, a distância linguística entre dialetos locais parece ser uma função da sua distância geográfica, sem limites claros sendo percebidos entre dialetos contíguos” (tradução nossa). “The arrangement of varieties in the language space constituting a language takes the form of continua. The concept of continuum implies an ordered set of elements arranged in such a way that between two adjacent entities of the set (in this case, language varieties) there are no sharp boundaries, but rather a gradual, fuzzy differentiation, each variety sharing some sociolinguistically marked features with adjacent varieties. The very notion of a continuum in variational linguistics arose in geolinguistics, where the dialectal landscape is often viewed as a dialect continuum: between two neighboring village dialects in a linguistic area one finds little difference, while differences increase cumulatively as one considers progressively more distant villages, the greatest difference being recorded at the extremities of the continuum. In other words, linguistic distance between local dialects seems to be a function of their geographical distance, no clear-cut boundaries being perceived between contiguous dialectus.”

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; THUN, Harald. As migrações e os contatos linguísticos na geografia linguística do sul do Brasil e bacia do Prata. *In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; ROMANO, Valter Pereira (org.). A geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados.* Londrina: Eduel, pp. 371-392, 2016.

BERRUTO, G. Identifying dimensions of a linguistic variation in a language space. *In: Language and space: theories and methods: an international handbook of linguistic variation / edited by Peter Auer, Jürgen Erich Schmidt, pp. 226-241, 2010.*

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolinguística: tradição e modernidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas linguístico do Brasil: Questionários.** Londrina: Eduel, 2001.

COSTA, Eliane Oliveira da. **Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas nos estados do Pará e Maranhão.** Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

GOMES, Edson de Freitas. **Variação lexical em seis municípios da mesorregião Sudeste Paraense.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

GUEDES, Regis José da Cunha. **Estudo geossociolinguístico da variação lexical na zona rural do Estado do Pará.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____. **Perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas Tupi-Guarani em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão.** Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 3 CD-ROM.

LIMA, A. F. de; RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. de. A Metodologia Geossociolinguística. *In: LIMA, A. F. de; RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. de. Estudos Geossociolinguísticos do Português Brasileiro.* vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, pp. 11-48, 2020.

MARGOTTI, Felício Wessling. **Difusão socio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil.** 314 p. Tese (Doutorado em Letras) Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

RADTKE, Edgard; THUN, Harald. Novos caminhos da geolinguística românica: um balanço. **Cadernos de tradução,** Porto Alegre, n. 5, pp. 31-51, jan., 1999.

RAZKY, Abdelhak. O Atlas Geo-sociolinguístico do Pará : abordagem metodológica. *In*: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org). **A geolinguística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina : Eduel, pp. 155-164, 1998.

_____. **Atlas lingüístico sonoro do Pará**. Belém: PA/CAPES/UTM, 2004. CD-ROM.

_____. Uma perspectiva geo-sociolinguística para a análise do *status* da variável <s> em contexto pós-vocálico no nordeste do estado do Pará. **Estudos Linguísticos**, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade federal da Bahia, Salvador, n. 41, p. 169-188, jan./jun. 2010.

RAZKY, Abdelhak; GUEDES, Regis José da Cunha; COSTA, Eliane Oliveira da. A pesquisa geolinguística em áreas indígenas brasileiras: desafios e estratégias. **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 21, n. 1, p. 126-138, abr. 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/30107/0>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara (orgs). Revendo a classificação interna da família Tupí-guaraní. *In*: Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, 1., 2002, Belém. **Atas [...]**. Belém: EDUFPA, pp. 327-337, 2002.

ROSSI, Nelson. A dialetologia. **ALFA**, Marília, n. 11, p. 89-115, 1967.

THUN, Harald et al. **Atlas lingüístico Guaraní-Românico**: sociologia. Kiel: Westensee, 2003.

THUN, Harald et al. **Atlas lingüístico Guaraní-Românico**: léxico del cuerpo humano. Kiel: Westensee, t. 1, 2009. (Dialectologia pluridimensionalis Romanica;11.).

THUN, Harald et al. **Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU-Norte)**. Kiel: Westensee-Verl, t. 1 e 2, 2000.

THUN, Harald. La geolinguística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático do Uruguay). Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza, 21, Palermo. **Atti[...]**. Tübingen: Niemeyer, pp. 701-729, 1998.